

28 JAN 1987 JORNAL DA TARDE

O furor regulatório está matando o ensino privado

O caos está tomando conta (também) da rede escolar privada de 1º e 2º graus. Como resposta à decisão do governo federal de autorizar o reajuste das mensalidades num percentual muito abaixo da inflação acumulada desde a edição do Plano Cruzado, 35 mil escolas particulares do País decidiram adiar o início das aulas por tempo indeterminado. Trata-se de uma atitude de protesto inédita na história da educação brasileira — fato esse que será agravado caso os professores da rede oficial, envolvendo 1,5 milhão de escolas públicas, confirmem sua promessa de entrar em greve no mesmo período, reivindicando salários menos aviltantes.

A decisão dos proprietários das escolas particulares, anunciada oficialmente no final da semana passada, é irreversível. Segundo o presidente da Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino, as escolas de forma alguma cederão às pressões do governo. E, caso venham a ser multadas pela Sunab, elas simplesmente fecharão suas portas, por absoluta inviabilidade econômico-financeira. Se isso acontecer, o sistema educacional brasileiro de 1º e 2º graus poderá sofrer um colapso total — uma vez que a rede pública, que já se encontra num adiantado estado de deterioração, em termos qualitativos, não tem condição alguma de absorver os milhares de alunos das escolas particulares.

Essa situação ilustra com clareza o que costuma acontecer quando o Estado passa a intrometer-se indiscriminadamente em áreas que não lhe dizem respeito com a finalidade de “regulá-las”. A exemplo do que vem ocorrendo com o sistema produtivo nacional, hoje totalmente desorganizado, o sistema educacional também está sofrendo as consequências desse demagógico e absurdo congelamento generalizado de preços. Como suas despesas de custeio não deixaram de aumentar e como suas receitas permaneceram fixas, a rede escolar privada não apenas se descapitalizou mas chegou a um estágio pré-falimentar.

Ao contrário das escolas públicas que lidam com “fregueses” que não têm alternativa e que, em muitos casos, estão muito mais interessados na merenda escolar do que naquilo que se “ensina” nelas, não estando, portanto, preocupados com a queda da qualidade do “ensino” que ministram, as escolas privadas não têm como sua preocupação precípua a apresentação de estatísticas que mostrem como cresceu o número de salas de aulas e o número de alunos matriculados. Seus diretores não são políticos nem estão preocupados com eleições. As escolas particulares têm, isto sim, de oferecer qualidade de ensino por um preço razoável, que é a sua maneira de concorrer no mercado da educação. Assim, não podem dar-se ao luxo de ir reduzindo, indefinidamente, os seus custos — e, conseqüentemente, a qualidade do “produto” que vendem — como fazem as escolas públicas recorrendo a expedientes como o aviltamento dos salários dos professores e o rebaixamento da qualidade do ensino, todas as vezes em que os políticos decidirem colocar obstáculos ao aumento das suas receitas. Ainda mais com a freqüência com que isto tem acontecido no Brasil. Para elas, tudo isto tem um limite abaixo do qual simplesmente perde o sentido a sua existência. E o que elas estão dizendo ao governo e à sociedade brasileira, neste momento, é que este limite foi alcançado e que, agora, entre encerrar suas atividades mantendo a tradição de seu nome e entrar no esquema das escolas públicas, baixando a qualidade do ensino até onde for preciso para que as contas “batam”, não hesitarão: fecharão as suas portas.

Os fatos são muito claros: a rede privada de 1º e 2º graus vem enfrentando há algum tempo o problema da evasão dos professores especializados, cuja formação não se faz do dia para a noite. Agora, com seus vencimentos congelados em níveis irreais, muitos simplesmente estão desistindo da carreira, para procurar novas formas de sobrevivência, seguindo os passos dos que já se tinham adiantado a eles nesse êxodo em função dos problemas já existentes antes de 28 de fevereiro. Entre lecionar recebendo rendimentos aviltantes e tentar abrir pequenos negócios próprios, como bares, butiques e atividades comerciais do gênero, esses professores têm optado por esta última alternativa, desfalcando seriamente os quadros docentes das escolas privadas.

Os levantamentos do Sindicato dos Professores de São Paulo, por exemplo, são realmente preocupantes: somente no ano passado, a entidade homologou mais de dois mil pedidos espontâneos de dispensa de profissionais da rede privada. No ano anterior, em 1985, antes, portanto, do congelamento, o total dos pedidos de demissão foi de apenas 10% do número registrado em 1986. O descrédito na profissão docente está chegando a tal ponto que a direção desse sindicato tem afirmado sistematicamente, com grande dose de ironia, que nem mesmo com base na Lei Delegada nº 4 o governo será capaz de “confiscar” os ex-professores, obrigando-os a voltar às suas atividades anteriores.

Essa ironia tem uma faceta trágica. Ela revela que mesmo que o governo federal recuasse em sua teimosia e em sua demagogia, autorizando reajustes das mensalidades escolares com base nas reais necessidades dos estabelecimentos particulares, estes não teriam condições de voltar a funcionar como antes, em virtude da evasão de docentes. Estamos, portanto, diante de mais uma conseqüência dramática da estupidez estatizante. O intervencionismo do Estado na forma do congelamento generalizado de preços, a desorganizar o que havia de melhor em matéria de educação básica, condenou as novas gerações de estudantes a uma formação ainda mais deficiente e incompleta da que já vinham tendo, uma vez que estarão sendo educadas por mestres desestimulados e céticos com sua profissão.

Diante desse quadro melancólico de desorganização de nossa estrutura educacional privada, cujo padrão de qualidade sempre foi muito superior à estrutura educacional pública, não é difícil imaginar o alto e amargo preço que o País terá de pagar pelo furor intervencionista e regulatório do atual governo mesmo depois que seus integrantes estiverem mortos e enterrados. Como não há progresso nem bem-estar social sem elites gerenciais, tecnológicas e intelectuais, a desarticulação do que há de melhor em nosso sistema de ensino básico seguramente afetará — para pior, evidentemente — a formação dessas elites (um processo que, mesmo nas nações mais avançadas, como os Estados Unidos e o Japão, é lento, difícil e oneroso), condenando-nos, assim, a mais fracasso no futuro.

Sem um sistema de ensino com um mínimo de qualidade, competência e eficiência, como o que vinha sendo oferecido pela rede privada no âmbito do 1º e 2º graus, o grande risco hoje enfrentado pelo Brasil é o de uma estatização definitiva de nossa estrutura educacional, com todas as mazelas em termos de ineficácia, improdutividade e incompetência que costumam resultar de tais processos. Assim, se essa estatização realmente vier a ocorrer, não há dúvida de que estaremos ainda mais distantes dos objetivos de desenvolvimento econômico e bem-estar social tão alardeados nas primeiras semanas da Nova República.